

Revista de Informação Legislativa

Brasília • ano 36 • nº 142

abril/junho – 1999

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Civilização e barbárie (ou ensaio sobre a nova ordem mundial)

Roberto Amaral

“Os Estados Unidos de hoje são o Michael Jordan da geopolítica – o sistema esmagadoramente dominante”. Thomas L. Friedman, *The New York Times Magazine*

“Boas idéias e boas tecnologias precisam de uma forte potência que promova essas idéias pelo próprio exemplo e que proteja essas idéias ao sair vencedora do campo de batalha”.
Robert Kagan, historiador, citado por Friedman

Sumário

1. A nova ordem mundial. 1.1. A *pax americana*. 1.2. A ‘globalização’ da nova ordem mundial. 1.3. Os Estados Unidos e a globalização: um caso de sucesso econômico. 1.4. De novo (e sempre) o velho complexo industrial-militar. 2. A ‘guerra’ da OTAN. 2.1. A economia da guerra. 2.2. A guerra como ‘valor’. 3. E a América Latina?

1. A nova ordem mundial

O atormentado final de século consolida a crise do Estado moderno: de um lado, o Estado-nação ameaçado em sua soberania; de outro, o Estado-social esvaziado pelo neoliberalismo. Ambos sofrem, por igual, a crise da política, com todos os seus desdobramentos possíveis, inclusive a supremacia da guerra sobre a *détente* e a negociação, o esvaziamento da ONU e a virtual falência

Roberto Amaral é Escritor, professor da PUC-Rio, membro titular do Instituto dos Advogados Brasileiros, IAB e Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA. Editor da revista Comunicação & política. Vice-presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, PSB.

do direito internacional, reduzidos a meros arcaísmos pela nova ordem mundial, presidida pelo regime da potência única.

Nesse quadro, as crises do Golfo Pérsico (relembre-se: o Iraque continua vítima diária dos bombardeios norte-americanos e ingleses, levados a cabo sem mandato da ONU¹) e dos Balcãs são episódios paradigmáticos, mas não encerram a história toda.

De fato, ao lado da ‘globalização’ econômica (essencialmente um projeto político), este final de século assinala a vigência de uma nova ordem mundial – caracterizada pela unipolaridade política, econômica, militar, tecnológica e cultural (que implica, também, o monopólio da informação) –, fenômeno desconhecido pela comunidade das nações nos últimos dois séculos, e bem mais significativo que o imperialismo/colonialismo inglês, talvez só comparável à *pax romana*, mas, sem dúvida alguma, mais profundo do que essa. Na verdade, ‘globalização’ e nova ordem mundial se fundem como fenômenos intercomunicantes, cada um causa e consequência do outro. Trata-se de um domínio político, planetário, construído como desdobramento do império norte-americano sobre a economia de mercado, donde a balcanização/libanização dos demais Estados – que não mais podem aspirar à soberania –, cujas prerrogativas são crescentemente limitadas, reduzidas e condicionadas, do ponto-de-vista político, do ponto-de-vista econômico e do ponto-de-vista militar. O Estado tradicional entra em decadência e a humanidade volta a conviver com protetorados de fato.

Essa falência da soberania (donde a crise dos Estados-nação e dos organismos internacionais) é uma das consequências da transição do mundo do polipoder (e da bipolaridade e da ‘guerra fria’) para a unipolaridade, o período que vem do momento histórico identificado como ‘queda do muro de Berlim’ (1989) até nossos dias, cujo marco é a autonomia da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em face da ONU, autoproclamando-se e agindo como uma força erga-Estado, erga-direito.

Como fase de polipoder denominamos aqueles anos que medeiam a primeira e segunda guerras mundiais, assinalados pela construção de vários pólos de poder econômico, político e militar, tanto na Europa (Alemanha, Itália, França, Inglaterra, URSS), quanto na Ásia (Japão), quanto na América (Estados Unidos). A bipolaridade é o período que se segue à derrota do nazifascismo, com seus desdobramentos, a saber, o controle político-militar sobre a Alemanha dividida e partilhada, a desmilitarização do Japão sob controle norte-americano, a construção do império soviético, a liderança ideológica, cultural e militar do ‘sistema ocidental’ pelos Estados Unidos e, finalmente, a ‘guerra fria’.

A derrocada do ‘socialismo real’ e o conseqüente (e articulado) desmantelamento da União Soviética ensejam a unipolaridade, isto é, o império isolado, autônomo e incontestável dos Estados Unidos. Da condição de unipotência econômica, militar e política resulta o monopólio de intervenção nos negócios e interesses de outras soberanias, posto que a política internacional, para esse país, e em face dessa nova geopolítica, é apenas o prolongamento de sua política nacional, a saber, uma projeção de seus interesses. De outra parte, e como desdobramento inevitável dessa compreensão de mundo, o que quer que seja que não sirva aos interesses norte-americanos é entendido como desservindo aos interesses norte-americanos, e, nessas condições, hostilizado.

A unipolaridade – ou esta era de unipotência – determina a falência dos organismos internacionais (e do direito internacional público) — com destaque para o desvanecimento da ONU – e, *pari passu* –, a destruição do Estado, dos Estados nacionais, do Estado-nação e, inevitavelmente, da política. Dito de outra forma, queremos assinalar que a chamada ‘crise do Estado’ é mais propriamente a crise da soberania, posto que, se é impossível a sobrevivência do Estado carente de soberania, é de igual modo inconcebível a sobrevivência da soberania em face do regime da unipotência. E, assim,

os Estados são reduzidos a simples territórios, e as nações a um anacronismo.

Daí, o fim da política.

É essa a nova ordem mundial.

No plano das relações internacionais, a falência da soberania (ou o fim da autodestruição, acentuada pela militarização dos conflitos políticos) é a matéria-prima da interdependência global; no âmbito interno das nações, seu correspondente é o esvaziamento da política.

Porque o fim da política é também o reino da política única, espinha dorsal ideológica da 'globalização'.

A política, esvaziada, deixa de ser instrumento de realização dos fins sociais; abastardada, é a arte da mentira, do engodo, da farsa, da fraude, do subterfúgio. Da coisa sempre menor, dos projetos individuais, da traição aos interesses coletivos. A política é reduzida a um inócuo exercício institucional, organizando eleições defraudadas e corrompidas das quais emergem governos fraudulentos e corruptos, em eleições que não valem nada porque nada mudam. Assim, o povo vai sendo expulso da ágora e cada vez menos se identifica com seus mandatários ou com as instituições de governo. E como se identificar com a corrupção, com a traição do interesse público, a privatização do público pelos interesses do capital? As administrações controladas pelos interesses do empresariado, o tráfico de informações privilegiadas proporcionado por funcionários públicos em funções estratégicas que transitam do serviço público para o empresariado privado e vice-versa? O desvio, para fins privados, dos bens, benefícios e serviços públicos? O nepotismo, o favorecimento, o clientelismo e a desmoralização do interesse público e do interesse nacional, anatematizados como arcaísmos? Com o fim das conquistas republicanas – o fim do serviço público, o fim da igualdade dos direitos, o fim do direito à educação, do direito à saúde, à cultura, à arte e, finalmente, o fim do direito ao trabalho – instala-se na população a crise de desconfiança no Estado e na prioridade do bem público.

Poucos se dão conta do 'novo' autoritarismo porque são preservados os marcos da democracia formal: o povo – o grande desenganado – ainda vota, e os meios de comunicação circulam sem censura estatal.

Organizando essa fraude, a ação concertada dos meios de comunicação e da intelectualidade, inclusive acadêmica, construindo o discurso único, dogmático, o monopólio da informação abundante e insignificante, desintegrada e desintegradora, dispersa e desestruturada e desestruturante, uma visão cada vez mais despolitizada, incolor e inodora, desistoricizada e desistoricizante, instantaneísta e descontínua, atomizada e atomizante do mundo, o mundo mediático, que, virtual, sobrepõe-se ao mundo real, expulso da televisão. Daí a videopolítica e a videodemocracia. A opinião pública é a opinião dos que controlam os grandes meios de comunicação, verdadeiros partidos, ou o partido-único, portador do discurso ideológico homogeneizado: a inevitabilidade da 'globalização', o 'fim do Estado', o 'fim da história', a privatização e a desnacionalização como imperativos, donde o fim do debate e do contraditório. Há uma unanimidade planetária dos grandes meios de comunicação – impressos e tecnológicos – em torno dos primados ideológicos da nova ordem internacional. A mesmice da imprensa brasileira² é a reprodução colonizada das matrizes do pensamento internacional, de onde copiamos idéias, hábitos, costumes, visão de mundo, política, regime, amor e ódio. A política, assim, é o simulacro da política, a democracia (sem diálogo e sem representação) nega a democracia, a comunicação não informa: a ampla liberdade de imprensa é o manto que encobre a ausência de debate, o contraditório e o confronto das idéias. A cidadania é um puro engodo, quando mais direitos os cidadãos poderiam aspirar.

Daí, a ideologia única, o discurso único, a economia única, o mercado (globalizado) como religião. O monopólio da ortodoxia tecnocrática, exercido pelos novos evan-

gelistas do novo mundo: a tecnoburocracia, os altos funcionários das grandes empresas, os executivos dos organismos internacionais empunhando as bíblias e os alco-rões do fundamentalismo neoliberal. A 'globalização' torna-se uma fatalidade, o fim do Estado, inevitável, a dependência, uma necessidade. Apesar do fracasso do modelo neoliberal. É, uma vez mais, a vitória do dis-curso sobre a realidade.

O fundamento dessa nova ordem eco-nômica é a liberdade dos indivíduos. Mas o que se vê é sua destruição: a violência do desemprego, a precariedade da sobrevivên-cia física, o medo da insegurança: o homem passou a temer o futuro. O reinado do mer-cado implica o reinado do consumidor, o substituto comercial (despolitizado) do ci-dadão: o bem público é o bem privado, a coisa pública é a coisa privada³. Dizem que as fronteiras entre Estados já não funcionam, mas os trabalhadores não têm livre-trânsi-to. Ao livre fluxo de mercadorias (no senti-do Norte-Sul) e do capital não corresponde o livre trânsito de homens; a mão-de-obra farta das antigas colônias e os conflitos reli-giosos, estimulados, alimentam, na Europa e em todo o mundo, políticas migratórias racistas e discriminatórias. Importam-se empresas e mercadorias; exportam-se em-pregos e territórios:

“Importam-se empresas e expor-tam-se lugares. Impõe-se de fora do país o que deve ser a produção, a cir-culação e a distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho com o reforço de uma di-visão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar, de modo a manter desigual-mente repartidos, na escala planetária, a produção, o emprego, a mais-valia, o poder econômico e político”⁴.

E, em nome do mercado e da liberda-de, do livre-câmbio e do neoliberalismo, temos o monopólio absoluto ou mais per-feito (e não estamos em face de uma con-

tradição em termos): o monopólio estatal pelo Estado único.

O monopólio da economia.

O monopólio do mercado.

O monopólio dos valores.

O monopólio da informação e, final-mente, o monopólio da violência e da guerra.

Os Estados cedem poder e competência em proveito de organismos que não pertencem a qualquer categoria da soberania po-pular ou da democracia representativa⁵. São o FMI, o BID, o Banco Mundial, o BIRD, a *Microsoft*, as *General Motors*, as IBM, as CNN, a banca internacional e o capital especula-tivo que ditam as regras do comércio e da economia no planeta, o novo Leviatan do mundo neoliberalizado⁶.

Uma só rede de televisão decide o que podemos ver e ouvir, transformando o mun-do num espetáculo, num *video game*, redu-zido o mundo a uma visão ideológica uni-lateral, e os fatos, aos fatos que interessam a essa visão. Em nossos países, onde reina o monopólio da audiência⁷, as redes locais re-produzem a grande rede mundial. A aldeia global macluhaniana funde-se com a pre-monição orwelliana.

Finalmente, depois do mercado único⁸, estabeleceu-se o exército único, mais pode-roso e mais impudico do que as legiões de César, mais impiedoso com seus adversá-rios do que qualquer outro.

Mas o desmantelamento das Federações (o fim da União Soviética foi um só começo), no que desfaz grandes Estados e enseja a multiplicação de pequenos entes políticos, sem capacidade de autonomia econômico-política e segurança militar, também alimenta as reivindicações de nacionalidades e reacende conflitos territoriais, religiosos e étnicos de difícil controle⁹. Assim, provoca-da, a desconstituição da Iugoslávia está na raiz dos conflitos entre sérvios e kosovares¹⁰, estimulando aqueles nacionalismos étnicos que Tito havia posto sob o controle de uma federação (República Socialista Federativa da Iugoslávia).

Como ignorar a história, descontextualizando os fatos, como se cada fato ou episódio fosse uma totalidade, uma realidade histórica despartada do passado que a engendrou, como fazem os Estados Unidos e seus aliados, com a complacência de uma imprensa mundial comprometida com a ideologia da guerra?

É preciso lembrar que os sérvios chegaram à região hoje identificada como Kosovo no ano VI d.C.

É preciso lembrar a Batalha de Kosovo em 1389, com a derrota do expansionismo sérvio.

É preciso lembrar a primeira grande guerra.

É preciso lembrar a invasão da Iugoslávia por tropas alemãs, italianas, húngaras, romenas e búlgaras em abril de 1941, quando a diplomacia de guerra de Hitler e Mussolini cunhou a expressão 'Nova ordem mundial', reatualizada pela OTAN.

É preciso lembrar a guerra da Bósnia.

Como ignorar as seqüelas da guerra civil da Bósnia (1992-1995), e o artificialismo do compromisso de paz firmado em Dayton (EUA) em 1995 por iniciativa dos Estados Unidos?¹¹

É preciso lembrar o acordo de Dayton e a expulsão, pelos croatas do Presidente Franjo Tudjman, de milhares de sérvios da região de Krijina, que já estava sob a proteção da ONU, e que não esboçou qualquer sorte de reação, reação que também não se conheceu, de qualquer organismo internacional, quando o deslocamento de civis sérvios da Croácia e da Bósnia criou um contingente de cerca de 700 mil refugiados.

“Os sérvios não esqueceram a sua história, como também não a esqueceram os outros povos da região”¹².

A política de negar a guerra sem construir a paz era o germe inevitável da segunda fase da tragédia¹³.

Mas, se não é o primeiro confronto étnico-religioso com desdobramentos político-militares (católicos e protestantes na Irlanda, o Irã dos aiatolás, os curdos no Iraque e na Turquia, os conflitos no Paquistão, no

Afeganistão e na Argélia), não será o último. Outros virão, como desdobramento de um processo já desencadeado, ou, se necessário, virão estimulados de fora para dentro. Como foi estimulada a guerra Iraque-Irã, como foi estimulada a guerrilha talibã quando esta servia para desestabilizar o governo do Afeganistão, quando pró-soviético.

Pergunta-se: a OTAN continuará intervindo nos conflitos étnicos e religiosos que se multiplicarão pelo mundo, nas próximas décadas? Só nos Balcãs os estrategistas da guerra podem anotar as rivalidades entre cristãos (ortodoxos e católicos romanos) e muçulmanos, divididos entre povos e etnias os mais diversos como sérvios, croatas, eslovenos, macedônios, búlgaros, romenos, húngaros, gregos, albaneses e turcos. Na região do Cáucaso, os atritos entre a Armênia e o Azerbaijão parecem incontornáveis, tanto quanto os confrontos com a guerrilha fundamentalista no Daguestão. Na Geórgia, eclodem os movimentos separatistas dos Eslavos da Ossétia do Sul e da Abkhazia. A instabilidade e o conflito são as características dos Estados muçulmanos: Turquia, Irã, Afeganistão e Paquistão. Há conflitos com os curdos principalmente na Turquia e no Iraque. Na Europa, não foram resolvidas as questões autonomistas no interior da Espanha, nem o conflito religioso-político na Irlanda do Norte. Estão presentes as disputas entre a Grécia, o Chipre e a Turquia. No Líbano, no Marrocos, em todo o Oriente, para além das disputas entre árabes e judeus. Os conflitos são inumeráveis na Ásia (Índia, Paquistão, Afeganistão, Bangladesh, Coreias, Taiwan...) e na África, mas este continente não conta...

Ora, certamente um dos objetivos da estratégia da OTAN (isto é, dos Estados Unidos) nos Balcãs é a pulverização dos Estados, mediante o estímulo à vontade autonomista de minorias e unidades federativas que agora podem ter a esperança de que contarão com o maior exército do mundo para avalizar seus pleitos diante dos Estados a que pertencem. Essa política, que começa a

dilacerar o Leste europeu, não deverá ficar, necessariamente, contida no sub-Continente. Ao contrário, a expectativa a mais razoável é que o mundo venha a assistir a uma multiplicação de movimentos separatistas laicos, o que implica a multiplicação de focos de conflito e guerra e o enfraquecimento dos Estados, criando condições favoráveis para a estratégia da potência hegemônica¹⁴. O episódio de Kosovo é, na essência, uma tomada de posição da OTAN em face de uma guerra civil autonomista, no seio da Iugoslávia. E de aspirações como essa está pontilhado o mundo de hoje, seja na Europa (atingindo, além do Leste, países como a França e a Espanha), seja na Ásia, seja na África. E onde esses movimentos não atendam a motivações históricas, culturais ou étnicas, elas bem que podem ser provocadas, estimuladas, organizadas, financiadas, pois essa é a lógica da guerra.

Não será exagero indicar, já como fruto desse autonomismo despertado pela intervenção da OTAN, a inesperada iniciativa de Taipé reivindicando do Governo de Pequim um tratamento de Estado-Estado entre a China e Taiwan. Ou os novos conflitos no Cáucaso, onde o grupo rebelde fundamentalista Wahhabi Islâmico ocupou, no início de agosto de 1999, três cidades da República russa do Daguestão. Seu objetivo é forçar a criação de um Estado islâmico ao norte do Cáucaso, ao lado da Chechênia.

1.1. A pax americana

Essas são as características essenciais de uma nova ordem internacional presidida pelo que todos estão chamando de *pax americana*, estabelecendo, de um lado, a melancólica agonia da ONU e do direito internacional e, de outro, o império dos interesses norte-americanos sobre o mundo, daí o conflito com o Irã, os bombardeios punitivos sobre o Iraque, o Sudão e a Iugoslávia, a lei Helms-Burton de pretendida aplicação extraterritorial, os bloqueios econômicos e políticos e o direito que se atribuem os Estados Unidos de aplicar sanções políti-

cas e econômicas severíssimas (embargos, sobretaxações e outras práticas protecionistas e retaliatórias) contra nações soberanas. Mais da metade dos países do planeta estão submetidos, foram vítimas ou estão ameaçados por sanções econômicas ou comerciais decretadas por Washington. Estados como o Iraque, a Coreia do Norte, o Sudão, Cuba ou a Líbia, condenados unilateralmente como 'párias' por Washington, pagaram ou pagam alto por insistirem, cada um ao seu modo, em sobreviver com um mínimo de autodeterminação. Um deles, o Iraque, está submetido a uma liquidação de caráter genocida em consequência de um embargo cujos objetivos não obedecem mais a qualquer lógica razoável, salvo a auto-satisfação da implacável cólera norte-americana¹⁵.

A discriminação comercial e o comércio administrado de forma bilateral são postos em prática tendo como pano de fundo um discurso que proclama o livre-comércio e o multilateralismo. As vítimas não têm a quem recorrer, emparedadas entre a unipotência e a inutilidade de uma Organização Mundial de Comércio (OMC) justamente esvaziada e impotente, ademais de manipulada. Nem a diplomacia brasileira ousa ignorar:

“As potências econômicas e comerciais são responsáveis pela maior parte das distorções no multilateralismo pela razão simples de que têm influência determinante sobre as trocas internacionais. A Rodada Uruguai foi pródiga em exemplos, que envolveram notadamente a questão dos subsídios agrícolas (aplicados em larga escala pela UE e, setorialmente, por americanos e japoneses) e das barreiras protecionistas informais (caso flagrante dos sistemas de distribuição de mercadorias no Japão).

“Os Estados Unidos, principal defensor das teses multilateralistas e liberalizantes, revelam-se acentuadamente protecionistas no que concerne a ramais vitais da sua indústria (me-

diante, por exemplo, os subsídios indiretos à microeletrônica por meio das encomendas de material bélico). A administração Clinton, que desde a campanha eleitoral definiu prioridades de política externa condicionadas ao incremento da *performance* comercial dos produtos nacionais, atenta permanentemente contra o multilateralismo ao promover o comércio administrado com o Japão e ao multiplicar as ameaças de aplicação da legislação comercial retaliatória de que dispõe (Super 301), ignorando as instâncias multilaterais de recurso.

“A combinação dessas duas características da ordem comercial internacional – multilateralismo regulado por consensos negociados e práticas comerciais discriminatórias utilizadas unilateralmente – parece configurar o cenário mais provável no horizonte próximo”¹⁶.

O déficit comercial recorde dos EUA deverá fortalecer esse protecionismo e prejudicar ainda mais as exportações dos países emergentes (v.g. Brasil, Argentina, México, ‘tigres asiáticos’) às voltas com os rescaldos nacionais da crise econômica mundial¹⁷.

A condição de único país com interesse global desparta os Estados Unidos das limitações legais: seus interesses, onde quer que estejam, são interesses ‘nacionais’ e seu direito não pode confinar-se a limitações geográficas, até porque suas fronteiras se confundem com a extensão de seus interesses; são do tamanho do mundo. Os Estados Unidos, assim, não compreendem por que teriam de partilhar sua soberania ou limitá-la em face da soberania de outros países, quando podem exercer essa soberania de forma absoluta e sem que ninguém, nenhum país e nem mesmo as Nações Unidas, possa contestá-los. Eis como se desfaz um dos pressupostos do direito: sua universalidade. Essa, a conseqüência fática do regime de unipotência militar.

Essa *pax americana* só semanticamente remonta à *pax romana* imposta ao mundo

depois da vitória de Cipião sobre as tropas de Aníbal decretando a queda de Cartago e o fim das guerras púnicas (264-146 a.C.). Porque o império norte-americano é mais extenso e mais profundo, político, ideológica e militarmente, muito mais planetário e muito mais poderoso do ponto de vista bélico, concentrando em suas mãos poderes de destruição inimagináveis por outros impérios em qualquer época da humanidade. Poderes que jamais foram empregados como hoje.

Ora, por inevitável, a ‘globalização’ econômica estaria a exigir um projeto também globalizado de estratégia militar (mais precisamente: econômico-militar) de segurança, ditado, evidentemente, pelos interesses da unipotência. Assim, não é mais insólito que a primeira ‘guerra’ da OTAN seja travada após o fim do Pacto de Varsóvia e a *débâcle* da União Soviética e o fim do ‘fantasma’ comunista; que, ao invés de repelir uma agressão comunista, promova o bombardeio de um país que até há pouco se considerava europeu e ocidental... e que não havia invadido ou ameaçado a integridade territorial de nenhum outro país europeu.

Mero desdobramento dessa lógica, a OTAN, a partir de Kosovo e da reunião de Washington¹⁸, atribui-se o direito de intervir onde quer que seja e, ademais de intervir e bombardear o território que lhe parecer de seu direito bombardear, outorga-se também o poder de estabelecer embargos econômicos, para obediência de todas as nações do mundo. Nessa reunião, a cúpula da Aliança praticamente revogou o ‘Conceito estratégico’, aprovado em 1991, em Roma, quando ainda existia a União Soviética, e construiu uma linha de ação da chamada *nova* OTAN. Se, pelo estatuto original, os objetivos estratégicos da organização se limitavam à defesa diante de agressões de outros países, pela nova ordem a OTAN pode intervir fora de seu território, independentemente de agressão e sem autorização prévia do Conselho da ONU, exigência do Presidente norte-americano. Seu desafio, agora,

“é combater novas ameaças, como o terrorismo, as armas de destruição em massa e os conflitos regionais provocados por rivalidades étnicas ou religiosas”¹⁹.

Tudo, como se vê.

Um colegiado de exércitos, assim auto-transformado em instrumento de intervenção militar, sob o comando dos Estados Unidos age como se fora um organismo internacional de direito, decretando a obsolescência da Carta das Nações. O fim do Estado se dá num processo *moloch*: construindo o Estado erga-Estado.

1.2. A ‘globalização’ da nova ordem mundial

Começemos pelo óbvio: a nova ordem internacional (de que a autonomia dos exércitos norte-americanos é um só indicador) e a ‘globalização’ constituem fenômenos interdependentes e complementares, um circuito de vasos comunicantes. Sistema internacional de poder que substitui a guerra-fria, a ‘globalização’ é a disseminação do capitalismo financeiro sobre o capitalismo de produção, a onipotência do mercado livre (sendo livre, tão-só, o fluxo Norte-Sul), com todos os seus ingredientes, não só econômicos quanto políticos, não só ideológicos quanto militares, interligando mercado, ideologia e guerra. É perfeita a síntese de Thomas Friedman:

“Nós, americanos, somos os apóstolos do mundo veloz, os profetas do livre-mercado e os sumos sacerdotes da alta tecnologia. Queremos a ‘ampliação’ tanto dos nossos valores como de nossas Pizza Huts.

“Queremos que o mundo siga a nossa liderança e se torne democrático e capitalista, com um *web site* em cada atividade, uma Pepsi nos lábios, o Windows da Microsoft em cada computador e com todos, em toda parte, colocando a própria gasolina”²⁰.

Nunca a guerra foi tão exemplarmente a continuação da política por outros meios. É o mesmo Friedman:

“A mão oculta do mercado jamais funcionará sem um punho oculto – o *McDonald’s* não pode prosperar sem a *Mc Donnell Douglas*, que projetou o F-15. E o punho oculto que mantém o mundo seguro para as tecnologias do Vale do Silício chama-se Forças Armadas, Força Aérea, Marinha e Fuzileiros Navais dos Estados Unidos”²¹.

A ‘globalização’, assim, precisa ser vista como um sistema articulado de poder planetário (que abarca todas as esferas da expressão humana) e que atinge forçosamente a todos os países e povos, como engrenagem que, para funcionar, não admite ponto-morto. Os recalcitrantes serão punidos. A ‘globalização’ é a homogeneização do pensamento e dos exércitos, o fim das nações e dos projetos regionais (e, se desaparecem as nações, devem desaparecer a cultura nacional e os exércitos nacionais), donde a redução do mundo a um mercado a um só tempo universal e único, com ideologia única, com projeto único, com vontade única, presidido por uma unipotência, senhora do bem e do mal, portadora do ‘bem’ e inimiga do ‘mal’. E mal é tudo o que por ela for designado como tal. Para esse efeito, o império militar precisa de uma causa, de um inimigo a perseguir e a punir; se ele não existe, pode ser criado. Daí as satanizações sucessivas: o comunismo em geral e Cuba em particular, o Irã dos aiatolás, o Iraque de Saddam, a Jugoslávia de Milosevic. Até Granada²² e a República Dominicana²³ já foram alvos de intervenção.

O objeto da satanização pode ser um regime, um país, um dirigente político ou uma causa, como o combate ao narcotráfico, que pode amanhã justificar a *balcanização* da Colômbia, ou a defesa de recursos naturais indispensáveis à sobrevivência da humanidade...

Nesse sentido é mesmo o fim da história...

A crise dos Bálcãs é, pois, uma das exigências da ‘globalização’ (via potência única) vista como a sucessora da guerra fria.

1.3. Os Estados Unidos e a globalização: um caso de sucesso econômico.

A ‘globalização’ se confunde com os Estados Unidos e os Estados Unidos são os maiores beneficiários da ‘globalização’.

Os Estados Unidos são o único grande mercado consumidor que cresceu durante todo o período da crise global, iniciada em julho de 1997, na Tailândia. São inumeráveis, e incontroversas, as análises de observadores norte-americanos. Em recente comentário, o *New York Times* escreve:

“O grande afluxo de capitais impulsionou Wall Street: a soma do valor de todas as *Access* negociadas na Bolsa de Nova Iorque subiu de US\$ 8,92 trilhões em junho de 1997, quando começou a etapa asiática da crise, para US\$ 11,72 trilhões em dezembro do ano passado. Uma alta de 31%, no período em que outras Bolsas ditas emergentes, como a de Moscou, acumulavam perdas de até 86%. Simultaneamente, o desemprego americano caiu aos níveis mais baixos das últimas três décadas e a economia cresceu em ritmo acelerado. No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) expandiu-se a uma taxa de 6,1%, a melhor dos anos 90”²⁴.

O Brasil, depois das ‘duas décadas perdidas’, deve ter, em 1999/2000, crescimento negativo em torno de -1% a -1,5%.

O déficit comercial norte-americano de US\$ 21,3 bilhões, revela, a um tempo, a riqueza dos Estados Unidos e a pobreza do mundo. Revela mais, que sua riqueza resulta da pobreza do mundo, cuja capacidade de compra vem caindo. Esse outro lado da ‘globalização’ põe a nu a fragilidade da economia mundial, dependente do poder de compra, isto é, da vitalidade de uma só economia cujo permanente *boom* pode levar a uma inflação (ameaça admitida pelo *Federal Reserve Board*) que, associada ao déficit, será tratada pelos remédios clássicos do capitalismo norte-americano: mais protecio-

nismo. Ou seja, mais restrições ao desenvolvimento da economia mundial, de particular dos países chamados ‘emergentes’, Brasil entre eles.

1.4. De novo (e sempre) o velho complexo industrial – militar

A expressão *military-industrial complex* foi insuspeitadamente grafada pelo Presidente General Dwight Eisenhower, no célebre discurso de transmissão do cargo de Presidente dos Estados Unidos a John Kennedy (1961). Peça premonitória, guarda dramática atualidade quase 40 anos passados e muito pode-nos ajudar a compreender a política militarista americana:

(...) “fomos compelidos a criar uma indústria de armamentos permanente de vastas proporções. Além disso, três milhões e meio de homens e mulheres estão diretamente engajados no sistema de defesa. Gastamos anualmente, com segurança militar, mais que a renda líquida de todas as corporações dos Estados Unidos. Esta conjunção de um imenso *establishment* militar com uma grande indústria de armas é nova na experiência americana. A influência total, econômica, política e até espiritual se faz sentir em cada cidade, em cada Assembléia, em cada repartição do governo federal. Reconhecemos a necessidade imperativa desse desenvolvimento. Não podemos, porém, deixar de compreender suas graves implicações. Nossas atividades, recursos e subsistência estão todos envolvidos, bem como a própria estrutura de nossa sociedade. Nos conselhos de governo, devemos nos prevenir contra a influência injustificada, buscada ou não, do complexo militar-industrial (*military-industrial complex*). O potencial para uma desastrosa emergência ou extravio de poder existe e persistirá. Não devemos jamais permitir que o peso dessa combinação ameace nossas liberdades e

ossos processos democráticos. Não devemos dar nada como pronto e garantido. Somente uma cidadania alerta e bem informada pode exigir a harmonização adequada do imenso aparato industrial e militar de defesa com nossos métodos e objetivos pacíficos, para que segurança e liberdade caminhem juntas. A revolução tecnológica das últimas décadas tem sido similar e em grande parte responsável pelas dramáticas transformações em nossa postura militar-industrial. Nessa revolução, a pesquisa tornou-se central; também tornou-se mais formal, complexa e cara. Uma parte cada vez maior é realizada, para, pela ou sob a direção do governo federal. Hoje, o inventor solitário, trabalhando em sua oficina, foi substituído por forças-tarefas de cientistas em laboratórios e campos de prova. Do mesmo modo, a universidade gratuita – historicamente o berço das idéias livres e das descobertas científicas – experimentou uma revolução na política de pesquisa. Em parte devido aos altos custos envolvidos, o que passa a orientar a pesquisa não é a curiosidade intelectual, mas a possibilidade de um contrato com o Governo. Para cada velho quadro-negro existem agora centenas de novos computadores eletrônicos. A perspectiva de dominação dos nossos *scholars* pelo emprego federal, pela distribuição de projetos e pelo poder do dinheiro está sempre presente e deve ser considerada em sua gravidade. Mas, levando em consideração, como é de nosso dever, a pesquisa científica e as invenções, precisamos estar igualmente alertas para o perigo de as políticas públicas se tornarem cativas de uma elite científica e tecnológica”²⁵.

Eis, na palavra de um velho cabo de guerra, comandante da maior potência do mundo, o reconhecimento da autonomia econô-

mica das guerras e do círculo vicioso do desenvolvimento industrial capitalista: a economia de guerra gerando o desenvolvimento industrial que exige a guerra para poder continuar crescendo.

Não é, pois, destituído de lógica o fato de os Estados Unidos, hoje, finda a guerra fria e desmantelada a União Soviética e desativado o Pacto de Varsóvia, gastarem com armamento mais que todos os países ocidentais juntos. O orçamento militar para 1999 é 30% maior que o orçamento conjunto de todos os demais países da OTAN. Tanta despesa deve ser justificada, esta já é uma boa razão. Uma pequena guerra é sempre bem vinda para os negócios. Para isso, é necessário ter bons inimigos. Não tendo, é só inventá-los: Coreia do Norte, Cuba de Fidel, Vietname, a República Dominicana de Bosch, Granada, a Nicarágua dos sandinistas, Noriega, o Irã dos aiatolás, a Líbia de Kadafhi, o Iraque de Saddam, Ben Laden, Milosevic, a guerrilha colombiana...

Nos anos da pós-industrialização, nos anos dessa nova ordem mundial, a tecnologia da guerra – que se sofisticava a cada dia – associa aos interesses industriais até mesmo o desenvolvimento científico tecnológico:

“Grande parte da prosperidade americana decorre dos investimentos diretos e do comércio das megaempresas americanas no mundo. São eles que colocam os Estados Unidos no centro da economia e da política internacional. Essa situação hegemônica depende de sua liderança científica e tecnológica. Na sociedade americana, a intervenção do Estado na economia é vigorosamente rejeitada. Assim, a estratégia para poder investir em ciência e tecnologia, dínamo da economia, utiliza o argumento da segurança nacional. Esse argumento, para ser crível, necessita de inimigos e estes têm de ser eventualmente enfrentados e punidos, o que serve de teste para novos armamentos e novas estratégias. A definição de novos al-

vos desafia a racionalidade e a previsão, como os exemplos de Granada, do próprio Iraque e do Kosovo indicam”²⁶.

Como, de outra forma, explicar o esforço de guerra norte-americano, os altos investimentos em pesquisa e tecnologia, as inversões vultuosíssimas na pesquisa e produção de novos armamentos, a manutenção de um caríssimo exército que quase cobre toda a extensão do planeta, quando não há mais inimigo a enfrentar?

E, hoje, é de tal ordem a distância tecnológico-bélico-econômica que separa os Estados Unidos dos demais países que se revela uma farsa qualquer tentativa de justificar a guerra – guerras, guerrinhas, invasões etc. — com o argumento de sua defesa preventiva em face de uma ameaça presumível ou real. Não há ameaça ou quem quer que possa constituir-se em ameaça ao grande Império. Tudo o mais é retórica de guerra que o complexo industrial-militar-tecnológico-científico explica.

2. A ‘guerra’ da OTAN

“E a ironia da história é que, ao contrário da fé marxista de que a história não se repete a não ser como uma farsa, nos Bálcãs ela parece se repetir: as forças internacionais provocaram lá, e agora de novo, o apressamento da limpeza étnica, catalizaram a violência. Seria necessária uma forte dose de autocensura ou de ingenuidade para não perguntar: será que a OTAN não queria exatamente provocar a limpeza étnica para organizar áreas homogêneas e impor assim uma paz mais duradoura após a matança?” (Leão Serva. ‘Bálcãs: onde as tragédias da História se repetem’. Política Externa vol. 8. N. 1)

Primeiro de tudo, não se pode chamar de guerra um conflito sem combate, uma intervenção sem resistência, quando as baixas só se dão de um lado e o desnível de

poderio militar, econômico e tecnológico entre as partes é simplesmente abissal.

A propósito dessa nova doutrina de guerra norte-americana, de guerra ‘segura’ e ‘limpa’, na qual o pessoal e os equipamentos militares são praticamente inatingíveis e invulneráveis aos ataques, à defesa e às represálias dos inimigos, Edward W. Saïd, professor de literatura comparada na Universidade de Colúmbia (Nova York), observa, com Richard Falk, autor de direito internacional por ele citado, que a estrutura desse tipo de guerra (v.g. Iraque e Iugoslávia) assemelha-se às técnicas da tortura: enquanto o interrogador-algoz dispõe de todos os poderes, podendo escolher e utilizar os métodos que desejar, sua vítima, à disposição da vontade de seu perseguidor, não dispõe de qualquer recurso²⁷.

Em nome de uma ingerência humanitária – caracterização de resto insustentável –, a OTAN violou três princípios fundamentais da convivência internacional, conquista que nossa civilização supunha haver consolidado em Yalta, ao preço de tantos sacrifícios: a soberania dos Estados —que remonta às revoluções americana (1776) e francesa (1789)²⁸ –, a autodeterminação dos povos e a Carta da ONU²⁹, da qual seus países sócios são signatários, a grande maioria fundadores e alguns são membros do Conselho de Segurança.

Os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia – matando civis³⁰, atingindo alvos civis, destruindo a infraestrutura do país— foram desfechados sem o amparo em qualquer deliberação da ONU. E, assinada a rendição, é ainda a OTAN quem decide a composição da força internacional de paz. Que papel resta à ONU? Fazer apelos à caridade internacional para que socorra os refugiados. Aliás, é da tradição norte-americana o unilateralismo de suas ações, sempre ao largo das Nações Unidas, seja a pura e simples intervenção militar (e a militarização dos conflitos políticos), tanto em sua extensão geográfica latina (Panamá, Cuba, Granada) quanto no Oriente, assim suas

incursões no Irã, seus bombardeios punitivos no Iraque, no Sudão (destruindo metade da indústria farmacêutica desse paupérrimo país africano) e no Afeganistão; seja a assunção, pela sua diplomacia, das negociações internacionais (os acordos de Daytona sobre a Bósnia e os diversos acordos Israel-países árabes-palestinos), condenando a plano secundário a função mediadora e arbitral da ONU, aquele papel que justificou sua criação.

Dir-se-á que, no caso da ação da OTAN nos Bálcãs, tratava-se de salvar o povo kosovar da fúria luciferina de um ditador sanguinário. Isso justificaria a destruição da soberania iugoslava? Justificaria o assassinato de tantos civis (22 mil, segundo as autoridades de Belgrado)? A argüição de pretensas motivações humanitárias pode justificar o uso indiscriminado da força contra adversários? Pode-se falar em intervenção moral quando a desproporção militar e tecnológica entre os supostos adversários é tão colossal? Quando a morte – o bombardeio de áreas civis, áreas residenciais, hospitais, embaixadas, escolas, pontes, ônibus, trens, sanatórios, comboios de refugiados etc. – é reduzida à sua mais miserável insignificância ética: ‘acidente tecnológico’? Pode a proteção do povo kosovar justificar a ameaça à sobrevivência dos sérvios? Afinal, pode a barbárie justificar a barbárie?³¹

Se a vida humana é sagrada – e ela o é, e a função dos Estados, isto é, das nações civilizadas é garanti-la –, ela não pode ser sacrificada, mesmo quando a vítima não seja nem branca nem européia.

Ademais da demanda ética, que não pode ser superada, a pergunta não é, tão-só, se é lícita a intervenção em defesa de direitos humanos violados; mas: que Tribunal – fora do direito internacional – é competente para julgar a violação e determinar a ação militar, e o caráter dessa ação?

Uma das exigências da regra moral é sua universalidade. Se era – e é! – crime a limpeza étnica levada a cabo na Iugoslávia, também foram e são crimes as limpezas étnicas

levadas a cabo na Turquia, na Palestina e na África.

Poder-se-á perguntar – pergunta que não se fez a imprensa brasileira, reflexa, reativa – onde estavam os sentimentos humanitaristas de norte-americanos e ingleses (deixamos de fazer referências ao humanitarismo alemão para não lembrar o holocausto e a segunda-guerra mundial...) quando a violência se abatia sobre povos de outras etnias (não-brancos) e de outros continentes que não o europeu? A começar por uma das primeiras limpezas étnicas do após-guerra, aquela de 1948, da qual a Palestina foi vítima e testemunha, e que por outros meios prossegue até hoje. Assim, é preciso lembrar que, em Angola, diante da insensibilidade de norte-americanos e ingleses, já morreram, só este ano, vítimas da guerra (financiada de fora por grandes potências), 780 mil negros, e outros 650 deixam, diariamente, suas casas. Cerca de 70 mil angolanos perderam braços e pernas nas explosões de minas terrestres. Aliás, esse povo é vítima dos ataques da UNITA, um exército de facínoras armado pela África do Sul racista e pelos Estados Unidos e até recentemente mantido com recursos norte-americanos. Justificativa ‘humanitária’: os governos angolanos pós-descolonização eram apoiados por Cuba e pela URSS. No Sudão, há pouco punido pelos Estados Unidos, contam-se quatro milhões de vítimas da guerra. Em todo o continente africano, são 2,7 milhões de refugiados, quase 9 milhões de desabrigados. Na Ásia, no Afeganistão, contam-se 2,6 milhões. Na Indonésia, durante seu mandato, garantido pelos Estados Unidos, e em nome da guerra fria, Suharto³² matou, em 1965, cerca de 500.000 adversários políticos, que não contavam para o humanitarismo do Pentágono e o *Foreign Office*: eram todos, dizia o ditador sanguinário, comunistas. Também não se conheceu o humanitarismo nem norte-americano nem inglês no Zaire (ex-República Democrática do Congo e ex-Congo Belga), onde o general Mobutu, corrupto e genocida, a par-

tir de um golpe-de-Estado instrumentalizado pela C.I.A., que anteriormente já havia obtido a queda e assassinato (1961) do primeiro Ministro Patrice Lumumba, governou até 1998, deixando o poder pouco antes de falecer, e quando, esgotada a guerra fria, não tinha mais serventia. A ideologia do combate aos ditadores, defesa dos direitos humanos e defesa das minorias, pretexto para intervenções de toda ordem, também não se viu no Chile, onde os ‘especialistas’ norte-americanos e sua diplomacia – Kissinger (Departamento de Estado) e Bush (CIA) à frente – colaboraram com Pinochet no golpe contra o governo constitucional de Salvador Allende e no apoio à ditadura em todos os anos de brutal repressão; também não se viu nem na Argentina dos militares e dos civis ‘desaparecidos’, nem no Brasil da tortura.

A ‘teoria de valores’ da política externa norte-americana, para a qual os *marines* são seus melhores embaixadores e a guerra a melhor diplomacia, conhece apenas dois postulados: seus interesses e o argumento da força bruta. Assim, jamais teve apreço, de princípio, seja pela democracia, seja pelas ditaduras. Combateu essas quando os titulares eram adversários de seus interesses e as defendeu quando postas a serviço da guerra fria (v.g. Indonésia, Brasil, Chile...). Jamais hesitou em golpear aqueles regimes democráticos – v.g. República Dominicana de Bosch, Brasil de Goulart e Chile de Allende – que pudessem contrariar, ainda que minimamente, seus interesses. Assim também em face dos movimentos guerrilheiros. Para ela, é insuportável a guerrilha na Colômbia, desestabilizando uma democracia (vá lá o termo), ou em São Salvador: esses guerrilheiros, esquerdistas, têm sempre objetivos totalitários... Mas essa mesma política jamais deixou de apoiar os movimentos guerrilheiros, de direita, que ameaçavam a consolidação de regimes que podiam ser considerados adversários: os ‘contras’ da Nicarágua desestruturando a democracia sandinista; as tropas criminosas da UNITA destruindo o futuro de Angola. Sem

falar no seu apoio à guerrilha talibã, ao seu apoio inicial aos aiatolás, e no seu incitamento e apoio ao Iraque (sempre uma ditadura sob Saddam) na sua guerra contra o Irã, o financiamento dos cubanos anti-castrietas...

Em que recesso repousava o humanitarismo anglo-americano enquanto hutus e tutsis se matavam (e se matam desde 1966) na África central (só no último massacre, em 1998, morreram mais de 500 mil homens, mas... negros), conflito que prossegue, percorrendo essas etnias, em Ruanda, onde começou, em Burundi, no Congo, no Zaire, nada obstante o silêncio da imprensa internacional, que, silenciando, tenta negar sua existência?

A repressão turca contra os curdos, segundo os cálculos mais moderados, nada fica a dever às atrocidades de Milosevic. No início dos anos 90, cerca de um milhão de curdos abandonaram o campo, enquanto o exército turco arrasava as zonas rurais. Nessa época, denuncia Jonathan Randal,

“a Turquia se transformou no maior importador individual de material militar americano e, por conseguinte, no maior comprador de armas do mundo. Quando os grupos de direitos humanos denunciaram que a Turquia havia utilizado aviões americanos para bombardear povoações, o governo Clinton encontrou formas de se esquivar às leis que exigiam a suspensão da entrega de armamentos”³³.

A Turquia é uma base militar americana, de extraordinária importância estratégica...

E a morte de 560 mil iraquianos?

Não foi diferente no Camboja. Não se sabe quantos milhares (ou milhão?) de cambojanos foram mortos pelo Kmer Vermelho, a serviço do regime de Pol Pot. Sabe-se que os Estados Unidos, após a invasão do Vietname, reconheceu o governo banido da Kampuchea Democrática como representante oficial do Camboja, por sua ‘continuidade’ com o regime de Pol Pot. O governo americano apoiou o criminoso Kmer Verme-

lho em suas carnificinas contra o povo do Camboja e puniu o Vietname com severíssimas sanções, por havê-lo combatido.

Anualmente, pelo menos 20 mil pessoas, civis e camponeses, principalmente crianças, morrem ao pisarem em miniminas que estão espalhadas por todo o território do Norte do Laos,

“que, nos anos 60 e 70, foi alvo do que provavelmente terão sido os maiores e, seguramente, os mais cruéis bombardeios da história contra uma população civil. As mortes foram causadas pelas minibombas, diminutas armas antipessoais muito piores do que as minas: são projetadas especificamente para matar e mutilar, e não têm qualquer efeito sobre caminhões, edifícios ou outros objetos. A planície ficou juncada de centenas de milhões desses projéteis. (...) O Grupo Consultivo sobre minas, com sede na Grã-Bretanha, está tentando limpar os campos dessas armas letais; mas, segundo a imprensa britânica, os Estados Unidos se negam a emprestar seus especialistas e seus ‘procedimentos’ que fariam o trabalho ‘com muito mais rapidez e segurança’. Esses procedimentos constituem segredo de Estado, como tudo que se relaciona com este assunto nos EUA”³⁴.

Como é sabido, os Estados Unidos se opõem ao tratado de Ottawa de prescrição das minas.

Que humanitarismo resiste à catástrofe ecológica que se abateu sobre a Iugoslávia? O bombardeio de usinas químicas que poluem rios e matam fauna e flora; o uso de bombas com grafite que contêm componentes cancerígenos; bombas de urânio provocando radioatividade; bombas/minas de fragmentação e seus estilhaços não detonados que ficarão no solo agindo como minas, atingindo civis, as mesmas bombas que, depositadas no Adriático, ameaçam a população civil que o utiliza?³⁵

Todos esses são armamentos proscritos pelo direito internacional e cujo emprego

constitui crime de guerra, diga-se de passagem.

O humanitarismo estaria a exigir, se a intervenção tivesse realmente motivações éticas, a ingerência militar em outros países onde povos igualmente com direito à vida estão sujeitos a toda sorte de expiação, no Sudão (Sul), em Serra Leoa, no Timor-Leste, em Biafra também a ninguém comove e não é porque não comova as lentes da CNN que deixou de existir.

A mesma ética que se irritou com a invasão do Kuwait (tão rico em petróleo – fornecedor do Japão e da Alemanha – e tão estrategicamente localizado em face do Golfo Pérsico) silenciou em face da invasão e anexação do Timor-Leste, pela Indonésia, e do Tibet, pela China. Nada a falar sobre o Líbano, invadido de um lado por Israel, de outro pela Síria, e bombardeado quase diariamente, sem estar em guerra com quem quer que seja. Nada a dizer sobre a guerra de Moscou contra os separatistas da Chechênia.

Na verdade, o humanitarismo de Washington, determinando o belicismo da OTAN, é uma pura manobra geopolítica, que visa a assegurar um caminho europeu para o Oriente, afastar a influência russa³⁶ (que sempre teve interesses militares nos Bálcãs e no Adriático), colocar uma cunha entre a Alemanha e a Rússia, enfim, a balcanização do Leste europeu, e, por meio do exército coletivo consolidado, impedir a emergência, na Europa, de qualquer sorte de formação militar independente.

A questão fundamental está em que o bombardeio do povo iugoslavo – sejam quais forem as conseqüências para os kosovares de origem albanesa, que permanecem em guerra contra os sérvios – assegura o fortalecimento da OTAN, quando o lógico seria, após o fim da guerra fria, sua dissolução substituída por uma organização de defesa europeia específica. Esse fortalecimento da OTAN é peça preciosa na estratégia militar norte-americana, que, assim, bloqueia o surgimento, na Europa, de um sistema estratégico rival³⁷.

Ela também lembra aos europeus quem é o chefe da firma.

2. 1. A economia da guerra

Não podem ser descartadas as razões puramente econômicas da economia de guerra, que envolve tantos bilhões de dólares em armamentos crescentemente sofisticados, e razões puramente tecnológicas, pois, de fato, desde o experimento das Malvinas, as grandes potências vêm investindo maciçamente na sofisticada tecnologia de guerra e episódios como esse servem de campo para teste dos novos inventos³⁸; principalmente considerando-se seu alto custo financeiro – o que não é nada desagradável para o complexo industrial-militar –, e o baixíssimo – na verdade nulo – custo ou risco em vidas humanas, o que atende a uma das exigências da opinião pública norte-americana³⁹. De fato, em 78 dias de bombardeios intensíssimos, não há o registro de um só militar a serviço da OTAN morto em ação. Mesmo a perda de material é irrelevante. Após mais de 25 mil incursões aéreas, apenas dois aviões foram declarados perdidos (mas seus tripulantes salvos, resgatados em território inimigo) e um helicóptero tombou, em treinamento.

O que poderia – por via política e diplomática – ser obtido como encaminhamento, ainda gradual, de uma solução para uma crise que tem raízes históricas vai demandar mais algumas décadas de guerra e frustração.

Terminada a ação punitiva dos Estados Unidos-OTAN contra os sérvios, verifica-se que ela não impediu a limpeza étnica de Milošević contra os kosovares albaneses. Nem destruiu o ditador. Ao contrário, os *raids* aéreos ilegais aceleraram a limpeza étnica contra os povos de origem albanesa e o êxodo da população de Kosovo, e seu saldo, assinada a rendição incondicional, é simplesmente macabro: milhares de iugoslavos, sérvios e descendentes de albaneses mortos, o exacerbamento do ódio, a impossibilidade de qualquer solução política, o

aprofundamento dos conflitos entre as diversas etnias, nações e regiões. Terminados os bombardeios, os kosovares – que permanecerão na Iugoslávia, ao contrário dos pilotos americanos e ingleses – não podem contar com qualquer vitória. Ao contrário, a expectativa é que ficou ainda mais difícil uma alternativa de paz com os sérvios, que terminaram virtualmente expulsos do Kosovo, que consideraram o berço de sua nação, e onde estão seus templos mais sagrados⁴⁰.

Nesse episódio, perderam quase todos: perderam os kosovares que não alcançaram a paz e retornam a um Kosovo destruído; perderam os iugoslavos que quase perderam seu país, arrasado pelos bombardeios; perderam os sérvios que, num êxodo estimado em 100 mil, estão nas estradas em busca de novas terras e território onde possam encontrar um mínimo de segurança; perdeu a minoria sérvia de Kosovo, ameaçada de ser chacinada pela maioria de origem albanesa, que busca vingança para seus mortos (e quem vai agora assegurar o lar para os sérvios expulsos de Kosovo?); perderam a Macedônia e Montenegro, cujas economias, de si já frágeis, foram destroçadas; perderam os países balcânicos; perdeu a ONU; perdeu o direito internacional; perdeu a paz; perdeu o princípio da negociação e da arbitragem sobre a militarização dos conflitos. E perderam os que lutam pela eliminação das armas nucleares.

Ganhou a indústria da guerra.

Perderam os defensores dos direitos humanos.

Terminados (ou suspensos?) os bombardeios, arrasada a Iugoslávia, destruído Kosovo, partilhada a antiga província sérvia entre as potências agressoras e invasoras, os Balcãs terminam o século mais explosivos do que nunca. O ódio religioso-étnico foi agravado, Turquia, Grécia e Chipre, membros da OTAN e aliados de Washington, mantêm suas rivalidades históricas e disputas de territórios e os conseqüentes conflitos sobre os respectivos espaços aéreos. A ‘guerra’

contra os sérvios – população agredida pelos turcos, pelos austríacos, pelos nazistas e por seus aliados croatas – tornou iminentes os conflitos entre a Iugoslávia e a Albânia e aqueles países que serviram de base aos aviões aliados.

Terminados (ou suspensos?) os bombardeios, milhares e milhares de iugoslavos, sérvios e croatas, retornam uns às suas casas perdidas, outros delas são expulsos. Ninguém pode avaliar seu próprio futuro. Autodeterminação? Autonomia sob a soberania sérvia? Ocupação permanente pelas tropas da OTAN? Partilha? Soberania partilhada? Quem protegerá os ‘sérvios de Kosovo? Nenhuma dessas interrogações passou pela cabeça dos dirigentes da guerra.

A sorte do povo de Kosovo, massacrado por um governante imoral, parece um por menor em tudo isso, até porque o conflito étnico não foi resolvido, senão agravado, e Milosevic continua no poder e nele ou fora dele deve permanecer impune, como impunes permanecerão genocidas pró-Occidente como Suharto, entre tantos outros.

Uma alternativa poderia ser a criação de um Tribunal penal internacional com poderes para julgar os autores de crimes contra a humanidade, imprescritíveis independentemente do *status* do agente, e independentemente mesmo de eventual decisão legal tomada por um Estado soberano. Mas os Estados Unidos são contra esse Tribunal e impedem sua constituição...

Além de haver votado contra a criação do Tribunal Penal Internacional, na reunião de Roma, os Estados Unidos vêm-se opondo à competência de um Tribunal internacional para processar acusados de crimes de guerra. Desde então o Ministério da Defesa vem advertindo a comunidade internacional de que os Estados Unidos não poderão aprovar a criação de um Tribunal que tenha o poder de julgar militares americanos. Precatadamente, estão tentando obrigar alguns governos – África do Sul, Polônia, Hungria e República Tcheca são citados nominalmente – a firmar acordos

segundo os quais norte-americanos não seriam entregues ao Tribunal se fossem acusados de crimes contra a humanidade, de guerra ou genocídio. A afirmação é de Pierre Sane, secretário-geral da Anistia Internacional⁴¹. Mas Washington não está preocupada apenas com seus militares:

“(...) o governo americano procura também garantir que os funcionários da Agência Central de Inteligência (CIA) fiquem protegidos de ser extraditados por solicitação do TPI. A preocupação de Washington é que operações como o atual bombardeio da OTAN contra a Iugoslávia façam com que dezenas de funcionários militares, civis e da inteligência sejam processados pelo TPI”⁴².

Mas, se o Sr. Milosevic foi, e justamente, indiciado pelo Tribunal de Haia como criminoso de guerra, qual deve ser a acusação a ser formulada contra os responsáveis pelas agressões ao território e às populações civis do Líbano, do Iraque, do Irã, do Afeganistão, do Panamá, de Granada, do Sudão e da Iugoslávia, violando as constituições de seus próprios países, realizando guerras não declaradas nem autorizadas, violando a Carta das Nações Unidas.

2. 2. *A guerra como ‘valor’*

Subsiste, por fim, a questão da guerra justa. Mas haverá guerra justa? Quem decide o que é uma guerra justa? O vencedor? Ora qualquer argüição desse conceito, para validar-se, terá, primeiro, de reabilitar o nazifascismo (e suas autoproclamadas razões), absolver os tiranos de todos os tempos e abrir um precedente moral de tal ordem que pode significar o suicídio da humanidade.

É fácil de demonstrar.

As atrocidades do governo turco procuram justificativa no argumento de que está defendendo o país da ameaça de guerrilheiros e terroristas. Na América Latina, esse argumento foi utilizado, à saciedade, pelos governos militares para justificar o assassinato de seus adversários, na Argentina,

no Brasil, no Chile, no Uruguai, no Peru, no Paraguai, na Nicarágua. Foi repetido no Laos e no Camboja pelos assassinos do Kmer Vermelho. Na Argélia, o argumento do Ocidente (França à frente) para impedir a posse do governo legalmente eleito foi a ameaça islâmica. Essa violência está na raiz de todos os massacres que ali se repetem quase diariamente, prometendo transbordar para a Europa. O ataque do Japão à Mandchúria, a invasão da Etiópia por Mussolini e a ocupação da Tchecoslováquia pelas tropas de Hitler foram acompanhadas de elevada retórica humanitária, ou simplesmente do que Noam Chomsky prefere chamar: ‘justificativas obscenas’.

“O Japão ia construir um ‘paraíso’ terrestre enquanto defendia os habitantes da Mandchúria contra os ‘bandidos chineses’. Mussolini estava libertando milhares de escravos enquanto realizava a ‘missão civilizadora’ do Ocidente. Hitler anunciou a intenção alemã de aliviar as tensões étnicas e a violência, além de ‘salvaguardar a individualidade dos povos alemão e tcheco’. O presidente da Eslováquia pediu a Hitler que transformasse seu país num protetorado”⁴³.

A categoria determinante da moral é a universalidade, ou, dito pelo averso, tudo aquilo que não pode ser generalizado é imoral, é anético. A legitimidade do direito deriva da universalidade de sua vigência: só constitui direito aquela norma que se aplica a todos ou que por todos pode ser acionada⁴⁴.

Se a OTAN tem o direito de bombardear os sérvios para garantir a autonomia de Kosovo – legalmente e historicamente uma dependência da Sérvia, que, ao lado de Montenegro forma a Iugoslávia⁴⁵ –, por que outros povos, os curdos, os palestinos, os tibetanos, os chechenos, os muçulmanos da Caxemira, não têm o mesmo direito? Ou, têm os tibetanos o direito de bombardear Pequim para se livrarem da opressão chinesa? Ou Pequim pode bombardear Taiwan para retomar sua ilha, roubada pelas tropas de

Chang-Kai-Chek, apoiadas pelo Ocidente? Que tal Brasil e Portugal bombardearem a Indonésia para libertar os povos irmãos do Timor-Leste, ou os libaneses bombardearem a Síria e Israel para recuperar seu território e punir Tel-Aviv pelos *raids* criminosos que assassinam a população civil sob o pretexto de perseguir guerrilheiros? O argumento, dos sérvios, para justificar sua posse de Kosovo – a antigüidade – poderia justificar uma reivindicação mexicana sobre o Novo México e tantas outras terras suas perdidas para os Estados Unidos; por outro lado, o argumento (croata) da maioria, sancionado pelos bombardeios, poderia justificar uma reivindicação autonomista cubana sobre Miami, ou a expulsão, pelo Paraguai, dos ‘brasilguaiois’ que estão ocupando suas terras e seus negócios. Evidentemente, a aplicação dessas teorias aos Estados Unidos parece mera excentricidade, até porque o colosso militar está acima também das doutrinas e das teorias. Mas, observa Leão Serva, “nos Balcãs elas se mostraram tão reais quanto recentemente se revelaram reais na Palestina e em Chipre”⁴⁶.

Se a ação da OTAN fosse legítima, se estivesse amparada no direito, estaríamos condenando a humanidade à barbárie. Se fosse possível fazer valer como direito, isto é, em regra universal, o direito a que se auto-atribuem os Estados Unidos, a humanidade sucumbiria, devorada numa chacina autofágica.

Os bombardeios contra a Iugoslávia, pela OTAN, constituem, de todos os modos, uma guerra inaugural, no sentido de sua justificativa, pois a OTAN não pode alegar a defesa de nenhum dos territórios de seus Estados-membros, objeto de sua criação, no fragor da ‘guerra fria’. As alegadas razões humanitárias de hoje, puramente ideológicas, podem amanhã ser substituídas por outras, como a defesa de determinado soberano ou de um regime, ou de uma tese. A salvação da humanidade, por exemplo, pode amanhã justificar, *manu militari*, a ‘proteção’ de santuários ecológicos como a

Amazônia, ‘ameaçada de destruição’ por isso ou por aquilo. O combate ao narcotráfico pode amanhã ser a justificativa do muito provável desembarque das tropas norte-americanas na Colômbia. A ‘ameaça’ que à sua segurança pode representar a consolidação de um regime nacional-popular na Venezuela, pode justificar a intervenção dos Estados Unidos na Venezuela... Ninguém se iluda: o regime da unipotência arrogante atualiza La Fontaine e a lógica do lobo.

A intervenção da OTAN, finalmente, representa um salto no escuro para todas as nações do mundo que agora estão sabendo que não há mais soberania absoluta, nem direito internacional inquestionável, e que Estado nenhum pode entrar em conflito com o Estado hegemônico.

Ontem Panamá, Vietname, Iraque. Hoje Iugoslávia. Amanhã...

(A propósito, a invasão do Panamá e seqüestro de seu Presidente custaram a morte de mais de 2 mil pessoas, duas vezes mais que na derrubada de Ceausescu, na sua maior parte civis. Mas ninguém fala aí nem em genocídio nem em carnificina)⁴⁷.

Da convicção da comunidade internacional de que ninguém está a salvo da esmagadora superioridade militar dos Estados Unidos e seus sócios da OTAN resultam consequências estratégicas e ideológicas. No plano militar, a constituição de um eixo atômico anti-hegemônico, reunindo Rússia, China e Índia⁴⁸, que não tem mais qualquer razão para cumprir a promessa de assinar o tratado de não-realização de testes nucleares. A humanidade pode estar à beira de uma nova e catastrófica corrida atômica, enquanto a ação da OTAN está oferecendo a dirigentes irresponsáveis um irresponsável alibi ideológico para a retomada do armamentismo, criando emulações regionais de desdobramento imprevisível⁴⁹. E no plano político, os Estados Unidos deverão reforçar a segurança de suas embaixadas em todo o mundo e assumir a responsabilidade de se-

rem vistos por grande parte da humanidade (chineses, russos, indianos, árabes, latino-americanos e africanos) como inimigos de suas sociedades.

É claro que a ONU sai do episódio perigosamente sem função. Há que repensá-la no regime da unipotência.

Não há dúvida de que os bombardeios acabam por destruir o que restava da frágil ordem internacional, que já não pode oferecer aos fracos qualquer grau de proteção ante os Estados predadores.

Os Estados Unidos – a superpotência que não respeita a lei – estão assumindo, perante a humanidade, com o apoio de seus peões europeus, o papel de principal ameaça externa contra nossas sociedades e nossa civilização.

Não é de admirar, portanto, que o ressentimento com relação aos Estados Unidos esteja crescendo globalmente⁵⁰.

Depois de relembrar uma antiga sentença do general De Gaulle (“Podem ter certeza de que os americanos cometerão todas as idiotices que puderem imaginar, mais algumas que estão além do imaginável”), o jornalista brasileiro Márcio Moreira Alves⁵¹ comenta o estrago que os bombardeios fizeram à ONU e às negociações para eliminação das armas nucleares. A professora Mary Wynne-Ashford, vice-presidente da organização Físicos Internacionais pela Prevenção da Guerra Nuclear (FIPGN), por ele citada, revela o desalento de dois recentes seminários a que compareceu em Moscou e Estocolmo, e põe em destaque que “a opinião pública antiamericana na Rússia é mais profunda e ampla do que nunca. ‘Hoje a Sérvia, amanhã a Rússia’ é uma opinião que se enraizou profundamente na consciência das pessoas”. Por fim, conclui o articulista de *O Globo*:

“Nós, no Brasil, não temos de repetir, por enquanto, o temor de Moscou: ‘Hoje a Sérvia; amanhã a Rússia’. Mas não custa pensar no assunto”.

Pensem.

3. E a América Latina?

A experiência nos Bálcãs, no que depender dos Estados Unidos, deve ser levada para o resto do mundo. O primeiro alvo pode ser o nosso Continente.

Senão, vejamos.

Na 29ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), encerrada a 9 de junho de 1999, o delegado norte-americano propôs “que um grupo de países, vizinhos ou simplesmente relacionados política e economicamente, pudesse intervir em conflitos internos de outra nação”⁵², sem a necessidade de apelo à Assembléia. Teve o apoio do Brasil.

No mês seguinte, o presidente Clinton, em entrevista coletiva, declarou que a crise colombiana é assunto “de interesse da segurança nacional” dos Estados Unidos⁵³. Todos sabemos quais podem ser as consequências desse entendimento.

A Colômbia está às voltas, há pelo menos três décadas, com uma verdadeira guerra civil – que já produziu mais de um milhão de refugiados (mais que em Kosovo) e só nos últimos dez anos matou cerca de 35 mil pessoas (cerca da metade do seu território encontra-se sob o controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-FARC) – e com a guerra do narcotráfico, o qual, diga-se de passagem, é alimentado pela demanda dos usuários norte-americanos e pela incompetência dos Estados Unidos de controlarem suas próprias fronteiras. Esse complexo de crises já fez com que aquele país se transformasse no terceiro do mundo em ajuda militar norte-americana (logo após Israel e Egito):

“Neste ano, a Colômbia receberá US\$ 289 milhões em ajuda militar dos EUA, e, no ano que vem, a quantia pode subir para US\$ 1 bilhão. Embora o dinheiro só possa ser usado para treinamento e missões de apoio, como vôos de observação, foi assim que os EUA começaram seu envolvimento no Vietname”⁵⁴.

Os colombianos vêm com espanto – mas a opinião pública internacional latino-americana com indiferença – o interesse de Washington em fornecer armas e recursos destinados ao combate à guerrilha, em vez de ajudar a resolver a crise social mais aguda de sua história⁵⁵.

Mas não é tudo. O exército americano tem presença física e ativa em território colombiano, sob o pretexto de ajudar as forças armadas no combate à guerrilha e ao tráfico. Há mais de 300 americanos na Colômbia, entre soldados (200) e agentes do DEA (órgão de combate às drogas) e da CIA. São ‘assessores’ treinando mil colombianos de um batalhão que deve entrar em operação em dezembro, para enfrentar os guerrilheiros. Em setembro, o governo de Pastrana receberá mais seis helicópteros de combate para proteger os aviões que jogam desfolhantes. O avião norte-americano que caiu na selva estava equipado para vigiar a guerrilha⁵⁶. Também foi assim que tudo começou no Vietname. Aliás, por razões fáceis de compreender, os Estados Unidos unem, no mesmo processo, a guerrilha esquerdista das FARC e o narcotráfico, identificado como financiador daquela⁵⁷. Ninguém fala em combater os paramilitares de direita e extrema direita.

E a imprensa faz a sua parte. A brasileira *Veja*, ainda presa à retórica da guerra fria, diz que a situação da Colômbia é de ‘emergência’ em face do ‘agravamento da guerra civil e do envolvimento da guerrilha comunista (*sic*) com o narcotráfico’⁵⁸. O boletim do Pentágono não escreveria melhor. Segundo o jornal argentino *La Nación*, o sempre dócil governo Méнем (que acaba de ver recusada sua ridícula autocracia por Washington) teria sido instado por Washington a assumir a iniciativa de propor a criação de uma força conjunta de intervenção, à qual os EUA depois se juntariam⁵⁹. Argumentos não faltariam para essa nova ‘intervenção humanitária’: a guerra civil, o narcotráfico e a ameaça de incursões da guerrilha nos territórios de fronteira, o que, aliás, já vem

sendo preventivamente manipulado pelas imprensas locais. Ressalvada a gravidade colombiana, que a transforma em um caso especial, também estão em crise, seja por força do narcotráfico, seja pela sobrevivência da guerrilha, o Peru e a Bolívia. O Equador, há anos, transita de uma crise econômica para outra. Essa conjunção de fatores constitui o pano de fundo daquele que pode ser o cenário de maior apreensão: uma *nova* Venezuela de futuro imperscrutável, governada por um líder populista de raízes militares que mantém o apoio quase consensual de sua população, com um discurso nacionalista, desenvolvimentista e até aqui em nada comprometido com os interesses políticos, econômicos e ideológicos da nova ordem mundial.

Não precisamos falar de Cuba.

Mas esse é só um dos ingredientes que podem transformar nosso Continente num explosivo caldeirão social.

Nem mesmo os néscios ignoram o preço social que nossos países estão pagando à 'globalização'. O fundamentalismo dos que acreditam na magia do mercado tem sido a causa da derrocada de nossos mercados, do aumento da concentração de renda, da queda do PIB, e do aumento da recessão, do desemprego e da exclusão e da queda geral da qualidade de vida. O PIB da América Latina deverá cair, em 1999, entre -0,5% e -1,5%. Na Argentina, essa queda será de -3%, no Equador de -5%, no Chile de -2,3%, no Uruguai de -0,5%, na Colômbia de -1%, no Brasil de -1% a -1,5% e na Venezuela de -6%⁶⁰. Alguns países apresentarão taxas de desemprego de 15%. Em compensação, o comércio internacional dos Estados Unidos só é superavitário com a América Latina. Há 10 anos, vendiam-nos 25 bilhões de dólares por ano; hoje, essa cifra saltou para 90 bilhões, informa a CEPAL. Com isso os Estados Unidos ganharam 650 mil empregos.

A crise econômica aumenta as desigualdades sociais, colocadas hoje em patamares obscenos. Nesse campeonato, o Brasil mantém a liderança: o país registrou uma queda

no percentual de renda total em mãos dos 40% mais pobres de 11,5% em 1993 para 10,5% em 1996, enquanto os 10% mais ricos da população viram sua fatia de renda aumentar de 43% para 44,3%⁶¹. Numa população estimada de 160 milhões de seres, somos 15% de analfabetos, 35% com menos de quatro anos de educação, 36% de infectados por parasitas. Em compensação, os bancos privados brasileiros tiveram, no primeiro semestre de 1999, a melhor rentabilidade da história: 35,35%, duas vezes mais que a média do setor (15%), que já se destaca como uma das maiores do mundo. Com base no estudo de 15 bancos, a consultoria Austin Assis conclui que a rentabilidade dessas instituições saltou de R\$ 194,5 milhões no primeiro semestre de 1998 para R\$ 2,560 bilhões neste ano, o que equivale a um crescimento de 1.216% no intervalo de um ano! O que representa, principalmente, uma brutal transferência de renda da população para os bancos, que, aliás, não pagam imposto, segundo declarou à Câmara dos Deputados (CPI do Sistema Financeiro) o Secretário da Receita Federal. O outro lado dessa moeda perversa é inevitável: aumento das ocupações de propriedades, bloqueio de estradas, greves e *lock-outs*, desabastecimento, aumento da violência urbana, conflito social, que pode-se manifestar por meio do ressurgimento de ações guerrilheiras e revolucionárias, e na retomada do tradicional autoritarismo latino-americano. Em qualquer hipótese, requer muita ingenuidade apostar, nesse quadro, na segurança das instituições políticas democráticas.

As informações disponíveis indicam que a diplomacia brasileira não estaria disposta a aprovar a idéia da intervenção militar, conjunta ou não, na Colômbia. Nosso governo teria consciência de que essa operação seria uma porta aberta para outras intervenções, notadamente nas regiões limítrofes da Amazônia, por onde o Brasil tem fronteiras com o Peru, a Colômbia, a Venezuela e também com a Bolívia.

Sabe-se que nossas Forças Armadas, justificadamente preocupadas com a integridade da Amazônia brasileira, jamais veriam com bons olhos a presença de tropas estrangeiras na região, mesmo tratando-se do exército norte-americano.

Sabe-se, igualmente – dá conta o noticiário da imprensa –, que Brasil e Estados Unidos já discutem uma ação conjunta de ‘cerco a guerrilheiros’ e uma ação militar brasileira. Foi esse o tema da conversa entre o general Charles Whilhelm, chefe do Comando Sul das Forças Armadas, e o Ministro da Defesa do Brasil, Élcio Alvares⁶² em agosto de 1999. Enquanto espera a data certa para a ‘operação militar’, a Polícia Federal brasileira foi acionada para desencadear uma “operação destinada a fechar as rotas de abastecimento de alimentos para as regiões da Colômbia controladas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A operação faz parte da estratégia americana de cerco à área controlada pelos guerrilheiros que foi desmilitarizada pelo governo colombiano em novembro de 1998 para viabilizar as negociações de paz”. A ‘operação’ coincidiu com a presença, em Brasília, do Chefe do Escritório de Controle de Drogas da Casa Branca, Barry MacCaffrey, que se encontrou com o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Cardoso⁶³...

Não se sabe, porém, qual é a política do maior país da América do Sul e da América Latina para a América do Sul e a América Latina. Não se sabe, mesmo, se existe uma tal política. Como não se sabe qual é sua política para a África e a lusofonia. Em matéria de política exterior, sabe-se, apenas, que o Brasil pleiteia um assento (talvez rotativo) no Conselho de Segurança da ONU. Para fazer o que, não se sabe. Para defender que programa, que idéias, que política, não se sabe.

Até aqui, temos sido incapazes de produzir uma política externa que não seja puramente reativa. Fora o curto período das administrações Jânio Quadros/João

Goulart (ministros Afonso Arinos e San Thiago Dantas) e Geisel (ministro Azeredo da Silveira), nossa política internacional tem-se caracterizado, principalmente a partir da II Guerra Mundial, pelo alinhamento automático aos interesses norte-americanos, nada obstante o notável contencioso econômico resultante das barreiras americanas às exportações brasileiras. Em abono à renúncia à vida independente, nem mesmo difusos interesses de uma geopolítica comum podem hoje ser alegados, em face do fim da guerra fria e da total irrisão da ‘ameaça’ comunista. Nesses termos, portanto, nada impediria o país de procurar uma agenda própria, consolidando sua liderança no Continente, ocupando na África o espaço que sua história nos oferece e procurando novos parceiros internacionais, como, por exemplo, a Índia, a China⁶⁴ e a Rússia.

Enfim, ocupar um espaço próprio, adequando à sua importância territorial, à sua economia, à sua história, e contribuir – por exemplo ao lado da China, da Índia, do Japão e de uma Rússia livre de seus atuais dirigentes – para a recuperação da multipolaridade, fundamental para nosso desenvolvimento e mesmo para a sobrevivência da humanidade.

Mas isso seria querer demais de nossas elites, pois significaria a busca de caminhos próprios. E a história das elites brasileiras é a permanente traição aos interesses nacionais, o total descompromisso com a construção da nacionalidade, ou com a defesa dos interesses de seu povo.

Não se trata de propor para nossos povos um quixotesco enfrentamento da ‘globalização’ em condições de absoluta desigualdade de forças, mas, tão-só, de fortalecer o país e a nacionalidade para fazer face aos desafios dessa forma moderna de imperialismo.

A resistência passa pela liderança de nossos povos, da unificação da América Latina em torno de seus interesses, da associação com outros continentes e povos.

Separados e isolados até por imposição da geopolítica colonizadora, precisamos encetar o processo do mútuo conhecimento, assim descobrindo que temos mais unidade do que diversidade, mais aproximações do que divergência e que, respeitando nossas culturas e nossos projetos, de cada povo e de cada país, podemos construir o projeto do desenvolvimento comum.

Mas tudo isso passa, antes de mais nada, por alterações na correlação de forças políticas no interior de nossos países.

Com vistas à nossa integração, o MERCOSUL pode ser um primeiro passo, aglutinando, de princípio, os interesses dos países do cone-Sul. Nesse sentido, trata-se de projeto que precisa ser estimulado e preservado, nada obstante suas limitações. Não podemos nos iludir quanto à sua fragilidade, reflexo das limitações dos países-membros. Simples acordo de mercado ou aduaneiro, o MERCOSUL pode-se transformar num grande instrumento tanto de integração econômica quanto de integração cultural e política, fortalecendo nossos países no diálogo com outros blocos e com o Norte, sobretudo com a União Européia e mesmo na resistência à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Uma das últimas e mais graves ameaças à sobrevivência de nossos países, ela representará, na prática, a absorção, pela economia e pela política dos Estados Unidos, da política, da economia, da autonomia e da soberania de nossos países. A ALCA, uma vez efetivada, incorporará os territórios dos 33 países das Américas⁶⁵ (12% do PIB da região) ao território dos Estados Unidos (88% do PIB), absorvendo, com os territórios, a economia, a política, a autonomia, a independência e a cultura dos nossos países, que também terão renunciado ao direito à soberania e à história própria, como observa Samuel Pinheiro Guimarães:

“As decisões de política econômica tomadas por autoridades americanas nos Estados Unidos passariam a ter influência decisiva sobre o pro-

gresso e o bem-estar dos brasileiros e sobre a possibilidade de ter o Brasil políticas econômicas próprias, voltadas para seus interesses”⁶⁶.

A adesão brasileira à ALCA – que deve começar a funcionar a partir de 2005, segundo compromissos do atual governo brasileiro⁶⁷ – pode representar nosso suicídio coletivo. Seria a modernidade ‘pós’-Kosovo.

A nova ordem mundial derivada do fim da guerra fria coloca para os nossos povos uma questão irrecusável: os Estados Unidos e sua política econômico-militar (onde começa uma e termina a outra?) dirigida pelo interesse e pelo oportunismo – jamais por uma teoria de valores –, sem mesmo atender a questões concretas de segurança, interesse nacional ou fins estratégicos claramente definidos, e levada a cabo com truculência e arrogância, continuarão a dirigir o mundo? Ou, é possível enxergar no horizonte de nossas existências qualquer sorte de resistência, pelo menos intelectual e moral?

A utopia é a recuperação do direito de construir nosso próprio destino, em que pese a nova ordem mundial.

Notas

¹ Em 2 de agosto de 1990, o exército iraquiano invadiu o Kuwait, de onde, semanas seguintes, foi expulso por tropas de 26 países lideradas pelos Estados Unidos. Um cessar-fogo foi firmado em 1991, e a ONU decidiu ditar uma série de embargos, com o objetivo de assegurar-se do desarmamento do Iraque; os Estados Unidos estabeleceram, dentro do País, para proteção das minorias curdas, uma zona de exclusão (sobre a qual o Iraque deixa de ter soberania) e outros embargos, econômicos e políticos. A ‘violação’, pela força aérea iraquiana, do espaço aéreo correspondente a esse território tem justificado os bombardeios norte-americanos e ingleses. Passados dez anos, o conflito perdura. Os embargos políticos e econômicos estão destruindo o país e levando seu povo à miséria, mas o ditador Saddam Hussein permanece no poder, aparentemente inabalável; nada obstante os esforços norte-americanos visando à sua destruição, seja por meio dos bombardeios e de sabotagens, via CIA, seja mesmo mediante o apoio à oposição iraquiana.

Assim, mediante o 'Iraq Liberation Act', de 31 de outubro de 1998, Washington abriu um crédito de 97 milhões de dólares para apoiar a oposição a Saddam. Até aqui os efeitos não se fizeram visíveis. Sobre o tema, *Le Monde Diplomatique* elaborou um dossiê ('Cahier Iraq'), que está disponível em seu sítio <http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/irak>.

² O papel da imprensa, instrumento da guerra – a guerra mediática em que objetivos militares se confundem com seus efeitos nos meios de comunicação de massa, na qual a imprensa é um instrumento de ação com objetivos em nada diversos dos bombardeiros e das bombas –, está a exigir um ensaio à parte, o que extrapolaria os limites deste texto. Da imprensa brasileira – em face do distanciamento geográfico e da inexistência de interesses envolvendo as economias brasileira e iugoslava – poder-se-ia esperar um mínimo de não-passionalismo. Mas não foi o que se viu. Ao leitor brasileiro foi transmitido um noticiário de segunda mão e unilateral, fornecido por uma das partes em conflito. Jamais a imprensa brasileira procurou conhecer um eventual outro lado da história. Quando enviou seus próprios repórteres, foi para reforçar a visão unilateral da guerra. Que Hollywood sirva ao Pentágono e a CNN atenda ao Departamento de Estado norte-americano, até que se entende. Mas o que a imprensa brasileira tem com isso? Sua subserviência chega a pô-la em distonia com Brasília, cuja posição foi sempre, ainda que exageradamente tímida, de condenação da guerra como meio de solução dos conflitos políticos.

³ BURDIEU, Pierre. *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Libération-Raisons d'Agir. Paris. 1998.

⁴ SANTOS, Milton. Geógrafo, professor emérito da USP. In 'Guerra dos lugares'. FSP. 8.8.1999.

⁵ A crítica de Gore Vidal à 'democracia representativa' norte-americana pode ser aplicada a todas as democracias ocidentais. Depois de assinalar, como fato triste, que em seu país não exista mais política (o que seria uma das fontes da 'política' de guerra), observa: "(...) Nós não possuímos uma democracia representativa. Quem foi eleito para o Congresso não representa a Califórnia ou a Virgínia Ocidental, senão a General Motors ou a Boing. Todo mundo sabe disso, e as pessoas se acostumaram com essa situação. (...) Nós, americanos, temos de defender o nosso Bill of Rights ou já quase o perdemos. Um homem que durante vinte anos fez comerciais para a *General Electric* se tornou um dia presidente dos Estados Unidos e fez no seu novo emprego aquilo que melhor podia – comerciais para a *General Motors*. Estou-me referindo a Ronald Reagan. Os apresentadores talvez sejam trocados, mas o comercial para a empresa permanece o mesmo. Richard Nixon não foi imbecil quando disse que os EUA não precisavam de

nenhum governo para a política interna. Naturalmente precisariam urgente de uma, mesmo quando não sob o seu ponto de vista. O país se auto gera. Nixon queria dizer com isso que as empresas do país conduziam os negócios do país. E neste negócio não se trata de outra coisa que não de dinheiro. O presidente só é necessário para a política externa. Um demagogo experto poderia demonstrar essa *cosa nostra* das empresas. (...) Ele (Clinton) é apenas um empregado. Os presidentes não interessam. Eles podem fazer algumas besteiras na política externa, como agora em Kosovo, mas não na política interna. O presidente americano pode ser porventura importante para os sérvios, mas não o é para os americanos. A América dos conglomerados emprega seus advogados, que tratam de seus interesses no Congresso e no governo. Para isso eles são bem pagos; os donativos para as campanhas eleitorais fazem mais do que o necessário". VIDAL, Gore. Em entrevista a WINKLER, no *Süddeutsche Zeitung*, edição de 2-3 de junho de 1999 (Tradução de Susana de Castro Amaral).

⁶ Escreve FRIEDMAN, Thomas, articulista do *The New York Times Magazine*, no artigo 'Manifesto para o mundo veloz' traduzido pelo *O Estado de São Paulo* e publicado na edição de 29-5-99: "O sistema da 'globalização' encontra-se erguido em torno de três elementos de equilíbrio que se sobrepõem e exercem influência entre si. É o tradicional equilíbrio entre Estados e Estados. O seguinte é o equilíbrio entre Estados e supermercados – os gigantes mercados globais de títulos e ações. Os Estados Unidos podem destruir você jogando bombas e os supermercados podem destruir você desvalorizando os seus títulos".

⁷ Cf. *O Globo* de 5-9-99: "67 das 70 maiores audiências do Brasil são da (TV) Globo".

⁸ Os mercados nacionais cedem lugar aos blocos regionais (CEE, NAFTA, MERCOSUL, ALCA etc.), que, por seu turno, tendem à unificação; em nosso Continente, a última pá de cal será a absorção do MERCOSUL pela ALCA, projeto ostensivo da 'diplomacia' norte-americana. Retomamos essa temática em nossas considerações finais: 3. E a América Latina?

⁹ "A desapareição da URSS originou 15 novos Estados, com graus variados de soberania efetiva mas dotados de representação internacional própria, forças armadas e sistemas de leis particulares. A criação da CEI não foi capaz de evitar a deflagração de guerras abertas em repúblicas ex-soviéticas. Os conflitos latentes entre povos, etnias e nacionalidades que compunham o Estado soviético degeneraram em conflitos militares e uma instabilidade estrutural se instalou na periferia da Comunidade e na região báltica". MAGNOLI, Demétrio. *Questões internacionais*

contemporâneas. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília. 1995. P. 84.

¹⁰ Escreve FARAH, Paulo Daniel ‘Os Bálcãs – Qual será a próxima guerra?’ in *Folha de São Paulo*, 20-6-99: ‘O Ocidente viu o desmantelo da ex-Iugoslávia como uma vitória sobre o comunismo’ (mas) ‘a ofensiva neoliberal contra os antigos Estados comunistas produziu desordens na Europa que causaram o ressurgimento de comportamentos semelhantes aos dos nazistas’.

¹¹ O acordo de Dayton, “ao mesmo tempo que impôs uma paz armada, coroou a lógica da limpeza étnica e a separação entre os povos criando três entidades nacionais (de um lado, com metade do território, as entidades croata e muçulmana reunidas em uma federação; com a outra metade, uma entidade sérvia). Em cada um dos territórios, os membros das demais etnias foram deslocados, impondo assim a lógica da separação, que era atribuída aos sérvios e cuja negação, supostamente, justificava toda ação dos aliados dos Estados Unidos. Os acordos implicaram a renúncia sérvia a certos territórios. Eles, que tinham chegado a dominar 70% da Bósnia, ficaram com cerca de 50%. Os sérvios perderam terras, mas o acordo tornou vencedora a lógica da imposição de uma separação entre os povos”. SERVA, Leão. In ‘Bálcãs: onde as tragédias da História se repetem (Nesta guerra, a primeira vítima é o leitor)’. *Política Externa*. Vol. 8. N.1- junho- 1999. p-14.

¹² Idem. P 3-15. Recomendamos sua leitura principalmente para aquele leitor que desejar uma indispensável contextualização da crise e do conflito dos Bálcãs.

¹³ “Como se poderia ter evitado a tragédia, já que se tratava de fragmentar a Iugoslávia? Como os 600 mil sérvios que viviam na Croácia poderiam viver a divisão senão como uma tragédia que levaria à guerra e aos massacres?”. Peter Handke, em entrevista ao *Libération*, FSP, 4 de abril de 1997, isto é, dois anos antes da invasão ‘humanitária’.

¹⁴ Cf. MARTINS, José Miguel Q., in ‘Nem a guerra nem a paz’, *apud Conjuntura política*, Boletim de análise do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, n. 7-maio/1999, p. 33-36.

¹⁵ SAID, Edward W., ‘La trahision de los intelectuales’. In *Le Monde Diplomatique*, août, 1999. P. 6-7.

¹⁶ MAGNOLI, Demétrio. Ob. cit. . p-122-3.

¹⁷ Cf. FSP, 26-6-1999.

¹⁸ Trata-se da Cimeira de 23 de abril pp. realizada em comemoração dos 50 anos do Tratado. Nessa reunião, a cúpula da OTAN decidiu, além de manter os ataques à Iugoslávia, adotar medidas complementares como ‘aplicação intensificada de sanções econômicas e um embargo de produtos petrolíferos’. *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1999.

¹⁹ “Intervenção é a nova estratégia”, Oppenheimer, W., in *Jornal do Brasil*, *idem*.

²⁰ FRIEDMAN. *Idem*.

²¹ *Idem Idem*.

²² Só para lembrar: trata-se de uma das Antilhas, um Estado independente com 344 km² e 110 mil habitantes. Foi invadido pelos Estados Unidos (administração Reagan) em 1983 porque tinha um governo sob forte influência cubana, evidenciada pela construção, em sua capital (São Jorge), de uma pista de aviões, que, podendo servir a um aeroporto internacional, também poderia servir de base para uma agressão ao território norte-americano... A pista ou o aeroporto eram construídos por engenheiros ou técnicos cubanos.

²³ Só para lembrar: Estado independente da América Central, situado na parte oriental da ilha do Haiti, com 48.400 km² e 7.500.000 de habitantes; em 1983, foi invadido por tropas norte-americanas e de outros países da OEA, inclusive o Brasil (sob ditadura militar), para impedir a posse do Presidente eleito, J. Bosch, de esquerda.

²⁴ Citado pelo *Jornal do Brasil* de 1º- 3- 99.

²⁵ A íntegra do discurso pode ser encontrada na *Internet*, no seguinte endereço: CNN.com/Custom-News. O autor agradece a colaboração de Pedro Amaral.

²⁶ Samuel Pinheiro Guimarães, diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Itamarati, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, 25-07-99. Este texto já estava concluído quando nos chegou às mãos seu livro *Quinhentos anos de periferia*. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Contraponto. 1999. O livro em si, ademais de seus extraordinários méritos, tem duas características bem brasileiras: editado por uma Universidade, sofre uma comercialização amadora, não se encontra nas livrarias; de outra parte, vem merecendo significativo silêncio dos diplomatas brasileiros que, no entanto, e justificadamente, não se cansam nas loas a livro de antigo chefe do Departamento de Estado Norte-Americano; a edição brasileira conta, até, com declarações (‘comerciais’) do Ministro do Exterior brasileiro em anúncios de página inteira no *Jornal do Brasil* de 22-08-99.

²⁷ Cit. *Idem*.

²⁸ Diz o artigo 3º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: “*Le principe de toute souveraineté réside essentiellement dans la nation*”.

²⁹ A Carta da ONU proíbe a ameaça ou uso da força, a não ser que o Conselho de Segurança o tenha autorizado expressamente, depois de concluir que os meios pacíficos fracassaram, ou em defesa própria contra “agressão armada”, até que o Conselho de Segurança atue.

³⁰ *Jornal do Brasil*, 19-6-99. “Nossos soberanos atacam do ar pessoas inocentes. Isto é tão ruim quanto tudo o que Milosevic faz. Milosevic, ao

menos, menosprezava as pessoas que mata, enquanto nós nem ao menos as conhecemos”. VIDAL, Gore. Cit. Idem.

³¹ A dúvida se coloca mesmo para as autoridades americanas, como revela recente artigo do ex-presidente Jimmy Carter (*New York Times*, 27.5.99), no qual o antigo líder do Partido Democrata, de Clinton, após afirmar que a decisão de atacar toda a Iugoslávia tornara-se contraproducente, e a destruição da vida civil ‘sem sentido e brutal’, escreve: “Não estou certo de que nosso país concorde em destruir vidas civis de um país inteiro para tentar forçar um líder recalcitrante, que é um criminoso de guerra, a obedecer aos nossos desejos”.

³² Defenestrado do poder quando não mais servia ao regime da unipotência, o ditador encontra-se intocado e conduz um governo fantoche formado por ex-auxiliares por ele mesmo indicados.

³³ CHOMSKY, Noam. “Lei, direitos humanos e as lições da história”. *Jornal do Brasil*, 25-4-99.

³⁴ Idem.

³⁵ Cf. RAMONET, Ignacio. ‘Nouvel ordre global’. *Le Monde Diplomatique*, juin 1999 p. 4.

³⁶ A Rússia tem laços históricos, culturais e cristãos ortodoxos com a Sérvia, à qual vende armas e petróleo desde o fim da Segunda Guerra. Foi sua aliada na Primeira e Segunda guerras mundiais.

³⁷ Cf. William Pfaf. ‘What Good is NATO if America Intends to Go Alone?’. In *International Herald Tribune*. 20-1-1999.

³⁸ José Meireles Passos, ‘A caminho da guerra do futuro’ (*O Globo*), fazendo um resumo dos avanços do Pentágono na direção da guerra tecnológica, observa que “A tendência é que os combates se tornem mais parecidos com um *video game*, uma espécie de guerra virtual, só que, na prática, devastadora. Em vez de produzir munição sólida, pesada, convencional, biológica, química ou nuclear, opta-se pelo cultivo de vírus de computador, da fabricação das chamadas bombas lógicas e das bombas eletromagnéticas”. Acrescenta: “Já na Guerra do Golfo Pérsico, em janeiro de 1991, os EUA utilizaram uma dessas novas armas, na época ainda em estágio inicial: em vez de explosivos, os mísseis cruzadores Tomahawk levavam ogivas eletromagnéticas para destruir os sistemas eletrônicos do Iraque”.

³⁹ “Entre as coisas mais espertas que a direita norte-americana poderia fazer está a revogação, depois da guerra do Vietname, da obrigatoriedade do serviço militar. Com a obrigatoriedade do serviço militar não seria possível uma tal campanha (Kosovo). Eles possuem mãos e pais ricos e poderosos que diriam: meu filho não irá voar sobre Kosovo para vocês, seus idiotas! Por isso, o exército americano recruta soldados entre os pobres, negros e brancos na mesma medida. Esse exército assalariado é bem pago. Uma cláusula importante no

contrato de serviço, entretanto, diz: não queremos nenhum ferido e morto”. VIDAL, Gore. idem.

⁴⁰ “A região que hoje chamamos Kosovo é chamada de Velha Sérvia pelos sérvios, que a reivindicam por ser a terra de seus ancestrais, porque ali eles estavam no começo de sua história conhecida (antes, ágrafos, migraram para a região em torno do século VI d.C. expulsando outros moradores) e ali perderam a batalha para os turcos otomanos e foram expulsos, tornando-se os que ficaram uma minoria em sua terra natal. A seu modo de ver, ‘vencer os turcos’ é retomar Kosovo, desfazer o que os otomanos fizeram. A mesma região é reivindicada pelos albaneses porque há muito são eles que fazem a maioria de seus habitantes, pelo menos desde que a derrota dos sérvios forçou a migração para o Norte e a hegemonia turca permitiu a chegada dos albaneses. Para um leitor brasileiro, cuja totalidade da história escrita se mede em meio milênio, essas histórias podem parecer sem sentido. Para povos cujas árvores genealógicas muitas vezes remontam a mil anos, a memória do passado está escrita na história pessoal de cada um”. SERVA, Leão. Idem. p-7.

⁴¹ HAQ, Farhab., “EUA agem contra tribunal internacional”. *Jornal do Brasil*. 9-6-99.

⁴² Idem.

⁴³ CHOMSKY, Noam. Ob. Cit.

⁴⁴ O preceito ‘não matarás’ não deriva de um critério gravado por natureza no coração dos homens, como pretendiam os jusnaturalistas, mas do imperativo categórico (Kant), pois, se eu matar e quiser, para me absolver a mim mesmo, transformar essa máxima em princípio, convertendo o assassinato em princípio universal, todos matariam, e, portanto, todos morreriam. Ouso sugerir duas leituras: ‘Guerra santa ou guerra justa?’ e ‘Segundas considerações éticas (ou: Cada história tem o Ricardo que merece)’, in HOUAISS, Antônio & AMARAL, Roberto. *Socialismo, vida morte, ressurreição* (2ª ed.) Editora Vozes. Petrópolis, 1993.

⁴⁵ Relembre-se: a Iugoslávia, até o fim da guerra fria, isto é, antes de ser despedaçada, como a maioria dos Estados do antigo Leste-europeu (como a URSS e a Tchecoslováquia), era uma República Socialista Federativa, formada por seis repúblicas: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia (que incluía as províncias de Voivodina e Kosovo-Metohija) e Eslovênia. Compreendia um território de 255.805 km² e uma população de 23.239.000 habitantes. Após a *débâcle*, a Iugoslávia, o mais aberto dos países do Leste, passou a reunir apenas a Sérvia (com as províncias de Voivodina e Kosovo) e Montenegro, reduzida a um território de 102.200 km² e a uma população de 10.500.000 habitantes. As guerras que se seguiram à partição da antiga Federação (Eslovênia, Croácia e Bósnia) mataram 250 mil pessoas e provocaram a fuga de um milhão de refugiados.

⁴⁶ SERVA, Leão... p-8.

⁴⁷ Cf. RAMONET, Ignácio. *La Tyrannie de la communication*. Galilée. Paris. 1999. p. 148.

⁴⁸ A idéia desse eixo (ao qual se somariam, inevitavelmente, o mundo islâmico e outras potências) teria sido lançada por Primakov, ex-primeiro-ministro russo, em dezembro p.p. A proposta foi retomada a 11 de maio p.p., pelo embaixador da China na Índia, anunciando haver chegado a hora de os “três gigantes asiáticos se juntarem para velar por sua segurança mútua num universo unipolar”. Cf. CARLOS, Newton. “Choque de civilizações?” in *Jornal do Brasil*, 24-5-99.

⁴⁹ Notícia o *Jornal do Brasil*, edição de 9-6-99: “A importância da criação de um sistema de defesa da América do Sul foi levantada no seminário ‘Diálogo para o Milênio’, promovido ontem no Rio pelo Itamarati”.

⁵⁰ “Desde o colapso econômico da Rússia, em agosto, pesquisas mostram que uma parcela considerável da população culpa os EUA pelas falhas do país (...). Muitos russos acham que os EUA – apesar de sua ajuda econômica e assessoria, ou talvez por causa disso – têm uma política determinada de rebaixá-los e enfraquecê-los”. HOLMES, Charles W. ‘Jogo russo movido por patriotismo e mágoa’, in *O Globo*, 20-6-99.

⁵¹ ‘Além de Kosovo’ in *O Globo*. 11-6-99.

⁵² Cf. *Jornal do Brasil*, ed. 11-6-99.

⁵³ Cf. CASTRO, Moacir Werneck de. ‘A porta aberta’, in *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1999.

⁵⁴ SEKLES, Flávia. ‘A guerra americana na Colômbia’. *Jornal do Brasil*, 1º de agosto de 1999.

⁵⁵ Cf. GARZÓN, Luis. Presidente da Central Unitária dos Trabalhadores, CUT (Social-democrata). ‘Intervenção dos EUA pode oficializar guerra civil’. *Diário de Pernambuco*. 7-8-99.

⁵⁶ *Veja*. Ano 32, edição 1.610, 11 de agosto de 1999. ‘A sombra do Vietnã’. p. 52-53.

⁵⁷ “Antes de partir para a Colômbia, o gal. Barry McCaffrey, chefe da luta contra o narcotráfico nos EUA, disse, em Milão, que os EUA não diferenciam mais o combate ao narcotráfico do combate à guerrilha. Na visão americana, as FARC são financiadas por uma extensa rede de narcotráfico”. *O GLOBO*, 27 de julho de 1999. V., igualmente, SEKLES, Flávia. *Idem*.

⁵⁸ *Veja*. *Idem*.

⁵⁹ SEKLES, Flávia. *Idem*.

⁶⁰ “Instabilidade mostra sua cara. América Latina revive tensão social com protestos e ameaças de estado de exceção”. *O Globo*, 1º de agosto de 1999.

⁶¹ *Idem*.

⁶² ‘EUA e Brasil discutem cerco a guerrilheiros’. *O Globo*. 18-08-99.

⁶³ ‘Brasil cortará rotas para a Colômbia’. *Jornal do Brasil*. 20-08-99.

⁶⁴ Observa Samuel Pinheiro Guimarães que “A China tem experimentado extraordinário crescimento de produção e das exportações de uma maneira independente, sem se submeter à política das agências internacionais. A China, após resolver a questão da unidade de seu território, com a reintegração de Taiwan, deverá desempenhar, em conjunto com o Japão, outra economia heterodoxa, papel extraordinário internacional, o qual poderá recuperar sua multipolaridade, o que é fundamental para o Brasil”. *Idem*.

⁶⁵ Todos, menos Cuba.

⁶⁶ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *id. Idem*.

⁶⁷ Cf. ROSSI, Celso. ‘EUA cobram ‘plena atenção’ à Alca’. *FSP*, 21 de julho de 1999.